



A OBLITERAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO ANARQUISTA NA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Adonile Ancelmo GUIMARÃES¹

1. INTRODUÇÃO

A análise das representações das experiências libertárias na historiografia da educação brasileira revela um processo sistemático de silenciamento e marginalização. Verifica-se uma defasagem significativa entre as práticas e concepções anarquistas no campo educacional — encarnadas por figuras como João Penteador e Adelino de Pinho — e as formas como tais experiências foram registradas nas narrativas da História da Educação Brasileira. As iniciativas libertárias, frequentemente tratadas como episódios marginais ou radicais desprovidos de relevância histórica, foram eclipsadas por uma tradição historiográfica centrada no Estado e nos chamados “Pioneiros da Educação Brasileira”, cuja hegemonia discursiva moldou o modo de pensar e escrever a história da educação no país

O movimento renovador, liderado por intelectuais como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, consolidou um paradigma que associou a modernização pedagógica à institucionalização estatal do ensino. Obras como *A Cultura Brasileira* (1938), de Azevedo, configuraram um cânone historiográfico que legitimou o protagonismo do Estado e relegou a segundo plano práticas educacionais autônomas e antiestatais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para enfrentar esses problemas, a pesquisa adota uma perspectiva genealógica inspirada em Michel Foucault, compreendendo a historiografia como prática discursiva e campo de poder-saber. Essa abordagem permite identificar as condições históricas de possibilidade do discurso educacional, observando como certas formas de saber são reconhecidas e outras são silenciadas. A análise indica que essa obliteração funciona como um dispositivo: ao definir o que pode ser dito e o que deve ser silenciado, a historiografia constrói uma memória seletiva do campo educacional. Como ferramenta teórico-metodológica, utiliza-se a noção foucaultiana de *regime de verdade*, compreendendo a produção historiográfica como prática discursiva que

¹ Mestre em História, cursando Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, adonile.guimaraes@ufu.br





estabelece fronteiras entre o legítimo e o ilegítimo, o científico e o ideológico. Assim, a recusa anarquista em submeter-se aos dispositivos ritualizados de verdade coloca seus discursos em constante tensão com os mecanismos clássicos de legitimação histórica.

Inspirada na metodologia genealógica de Michel Foucault, a presente análise busca compreender a historiografia educacional como campo de poder-saber, no qual se definem os regimes de verdade que autorizam determinados discursos e silenciam outros. A obliteração do anarquismo, nesse contexto, não é acidental, mas estrutural: ela resulta de um processo histórico de constituição de um regime de verdade que associa racionalidade e legitimidade ao aparato estatal. As práticas libertárias, ao recusarem a institucionalização e o disciplinamento do saber, colocam-se fora das fronteiras do discurso legítimo e, por isso, são excluídas do campo de visibilidade historiográfica.

Essa perspectiva permite perceber a obliteração como dispositivo: ao definir o que pode ser dito e o que deve ser silenciado, a historiografia constrói uma memória seletiva que reforça a ordem vigente. Assim, a marginalização do anarquismo é parte constitutiva da própria formação da historiografia educacional contemporânea, que se organiza em torno de um modelo normativo de racionalidade pedagógica e de autoridade epistemológica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Marta Maria Chagas de Carvalho (1998), esse projeto de “organização nacional através da organização da cultura” permitiu aos renovadores consolidar hegemonia intelectual e editorial, fixando doutrinas e valores que definiram os rumos da historiografia educacional brasileira. Essa leitura, como demonstra Carvalho, fez da narrativa sobre a Escola Nova um monumento memorial que se reproduziu nas décadas seguintes, estruturando as categorias e cronologias utilizadas pelos manuais e cursos de formação docente. Tal hegemonia resultou na cristalização de uma memória institucional que associou o avanço educacional ao fortalecimento do Estado e à racionalização administrativa, excluindo experiências que se desenvolveram à margem desse projeto, como as escolas libertárias no Brasil inspiradas em Ferrer, Paul Robin e Adolfo Lima.

A crítica de Miriam Jorge Warde (1990) aprofunda essa constatação ao identificar na constituição da História da Educação no Brasil um viés utilitarista, que converteu o passado em instrumento de legitimação do presente. O chamado “presentismo pragmatista” caracteriza-se





pela subordinação da análise histórica a agendas pedagógicas e políticas contemporâneas, reduzindo a história a um repertório justificativo. Nessa perspectiva, a historiografia educacional deixou de problematizar os processos históricos para servir à legitimação das práticas vigentes e à consolidação de uma identidade estatal e moral para o magistério

Esse processo foi potencializado pela inserção tardia da disciplina de História da Educação no campo das ciências da educação, assumindo uma função essencialmente formadora e moralizadora. Assim, o discurso histórico tornou-se instrumento ideológico de consolidação de valores cívicos e institucionais, relegando à invisibilidade experiências que não se enquadravam no modelo de escolarização estatal, como as escolas operárias e os projetos educacionais autogeridos pelos trabalhadores.

Nessa perspectiva, o objetivo é compreender de que modo a história da educação brasileira, ao privilegiar o Estado e suas políticas como núcleo interpretativo, apagou experiências autônomas, antiautoritárias e comunitárias, particularmente as vinculadas ao anarquismo. Tal análise problematiza as formas pelas quais o discurso historiográfico opera como instância de poder, como dispositivo de exclusão epistemológica de perspectivas libertárias e de que maneira a produção historiográfica brasileira contribuiu para a invisibilização das experiências libertárias.

Para tanto, a pesquisa parte da constatação de que o campo da História da Educação se constituiu dentro de uma lógica de legitimação disciplinar que, ao longo do século XX, assimilou um “presentismo pragmatista” — conceito, desenvolvido por Miriam Jorge Warde, que designa a tendência de mobilizar o passado para justificar o presente, reduzindo a história a repertório de legitimação. Em consonância com Warde, a pesquisa até aqui confirma que produção brasileira em História da Educação foi hegemonizada por um “presentismo pragmatista” vinculado às ideias basilares da Educação Nova no Brasil, no qual o passado serve para sustentar agendas contemporâneas, e não para compreender processos históricos objetivos. Essa orientação produziu um filtro seletivo de memórias, priorizando trajetórias ligadas ao Estado e marginalizando sujeitos e movimentos que propuseram formas alternativas de educação.

O anarquismo, por sua crítica radical à autoridade e à institucionalização do saber, tornou-se um dos principais alvos dessa exclusão. A análise evidencia que mesmo em manuais de História da Educação de cariz progressista, a educação libertária aparece apenas como citação de passagem, sem integração ao corpo da narrativa. Essa omissão não decorre de mera





negligência, mas de uma estrutura discursiva que associa a legitimidade educativa à institucionalidade estatal.

O estudo, sintetizado aqui, busca demonstrar que esse processo de silenciamento não é exclusivo da historiografia conservadora, estendendo-se também a vertentes consideradas progressistas. No campo liberal, a preferência por grandes intelectuais ligados ao Estado e a busca por narrativas conciliatórias que se apresentam em escolas de pensamento reforçam a marginalização das experiências libertárias, que são vistas como desvios ou utopias inviáveis. Nessa perspectiva, o papel desempenhado pelos Pioneiros da Educação, especialmente por Fernando de Azevedo, cuja obra seminal *A Cultura Brasileira* (1964) exerceu influência determinante na consolidação de um discurso estatista sobre a educação. Azevedo defendeu a necessidade de um Estado forte e centralizador na organização da vida educacional, associando o progresso à racionalização administrativa e à ciência como fundamento da ação pedagógica. Nesse sentido, a hegemonia do pensamento azevediano contribuiu para instituir uma visão da educação como projeto civilizacional do Estado, o que relegou à condição de marginalidade os discursos e experiências anarquistas, interpretados como “perigosos”, “radicais” ou desprovidos de racionalidade científica.

A tradição historiográfica brasileira, marcada pela centralidade estatal de cunho assistencialista e pelo discurso progressista dos renovadores, estruturou-se como um campo de exclusão epistemológica. A legitimação do conhecimento educacional passou a depender de sua vinculação a instituições formais, relegando à condição de marginalidade movimentos autônomos, como o anarquismo. A ausência de educadores como Adelino de Pinho e João Penteado nos principais manuais de História da Educação — como *História das Ideias Pedagógicas no Brasil* (2013), de Saviani e em obras que se propõem a resgatar as matrizes do pensamento educacional do país como o *Dicionário de Educadores no Brasil* (2014) — evidencia um apagamento sistemático.

A influência dos Pioneiros e da *Educação Nova* consolidou um campo disciplinar que associou a ideia de modernização educacional à centralização estatal e à formação do cidadão nacional. O discurso renovador, embora de caráter reformista e laico, permaneceu dependente da legitimação estatal, obscurecendo as alternativas autônomas e antiautoritárias propostas por educadores libertários. Assim, o campo da história da educação foi moldado por uma racionalidade estatal que não apenas silenciou o anarquismo, mas o classificou como uma ameaça à ordem social.





Por outro lado, a análise mostra que mesmo autores do campo marxista, como Moacir Gadotti e Demerval Saviani, citam apenas de passagem as contribuições anarquistas em seus “manuais” de História da Educação, apesar de críticos às vertentes da educação nova no Brasil. Portanto, desconstruir esse processo de hegemonização que se iniciou com os chamados Pioneiros da Educação e recuperar tradições libertárias obliteradas implica desestabilizar os fundamentos epistemológicos do campo e reconhecer que experiências libertárias como as Escolas Modernas, desenvolvidas por João Penteadó e Adelino de Pinho, por exemplo, inspiradas em Adolfo Lima, Ferrer e Paul Robin, expressam uma pedagogia emancipatória e socialmente transformadora que merece ser lembrada.

A crítica desenvolvida, neste resumo, busca ressaltar que o resgate da contribuição anarquista implica questionar o próprio estatuto da história da educação como disciplina. Ao investigar figuras como Paul Robin, Francisco Ferrer e Adolfo Lima, que influenciaram educadores libertários brasileiros, a pesquisa evidencia a circulação transnacional de ideias sobre educação integral, autogestão escolar e emancipação moral, mostrando que tais práticas constituíram uma rede de experiências que anteciparam debates hoje retomados sob outros rótulos, que foram reapropriados por correntes de pensamento liberal ligadas às instituições educacionais criadas com o fim da Primeira República no Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise conduz à conclusão de que a obliteração da contribuição anarquista na historiografia da educação brasileira resulta de um duplo movimento: de um lado, a consolidação do Estado como instância exclusiva de produção e difusão da cultura escolar, que se consolidou no Período Vargas; de outro, a internalização, pela própria historiografia, de um regime de verdade que associa a legitimidade científica à institucionalização e à normalização. O silêncio em torno do anarquismo não é acidental, mas, repito, estrutural. O esmaecimento das práticas libertárias, portanto, é efeito de um processo epistemológico e político que conformou a própria identidade da disciplina. Superar esse silenciamento exige reconstruir o campo sob novas bases teóricas, reconhecendo o anarquismo não como desvio, mas como uma das vertentes do pensamento educacional moderno — vertente que, ao desafiar a autoridade e a hierarquia, continua a inspirar projetos de educação integral, autônoma e emancipadora.

Por outro lado, revisitar essa tradição libertária é reconhecer que a história da educação brasileira não se resume às experiências estatais, sejam elas conservadoras, liberais ou





marxistas. A presença anarquista — com suas práticas de autogestão, solidariedade e crítica à autoridade — amplia o horizonte interpretativo e desafia os limites do cânone historiográfico. Ao recuperar essas vozes obliteradas, o campo pode reconfigurar-se como espaço plural de produção de saber, aberto à diversidade de experiências educativas que compuseram o tecido histórico da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1964. 804 p.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cézar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 329-353.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros; LIMA, Paulo Gomes. **Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. 1008 p.
- FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 358 p.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015. p. 55-86.
- GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003. 320 p.
- LIMA, Adolfo. **Educação e ensino: educação integral**. Lisboa: Guimarães, 1914. 139 p.
- PERES, Fernando A. **João Penteado: o discreto transgressor de limites**. São Paulo: Alameda, 2012. 336 p.
- PINHO, Adelino Tavares de. **Pela educação e pelo trabalho e outros escritos**. São Paulo: Terra Livre, 2015. 136 p.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013. 474 p.
- WARDE, Miriam Jorge. Contribuições da história para a educação. **Em Aberto**, Brasília: INEP, v. 9, n. 48, 1990, p. 2-11.

